

PINGA-FOGO

■ **TRE-RJ NA ATIVA** - Na primeira agenda conjunta realizada após a posse nos respectivos cargos, o presidente do TRE-RJ, desembargador Peterson Barroso Simão; e o vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Claudio de Mello Tavares, visitaram o Núcleo Administrativo do Caju (NUAD) e a Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas (CAUE), na Avenida Rodrigues Alves, na última segunda-feira (31).

■ **RELAÇÃO PRÓXIMA** - Na ocasião, os novos dirigentes do tribunal conheceram as instalações das duas unidades administrativas, localizadas nos bairros do Caju e de Santo Cristo, bem como gestoras(es), servidoras(es) e as rotinas de trabalho executadas nos dois locais.

■ **TCU QUER AJUDA DO CIDADÃO** - Depois da queda da ponte entre o Tocantins e o Maranhão, o Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu criar um modelo inovador para pedir ajuda ao próprio cidadão para fiscalizá-las. Uma ferramenta de consulta pública foi criada para receber informações sobre a existência de rachaduras, problemas de iluminação, sinalização e outros que o motorista, ao trafegar pelas estradas, venha a encontrar com relação às pontes. A ideia é pare do projeto do presidente do tribunal, Vital do Rego Filho, de aproximar o TCU do cidadão. As informações que foram recebidas na consulta pública auxiliarão uma auditoria que será feita nas rodovias. Para participar da consulta, o cidadão pode usar o aplicativo TCU Mobile, disponível em versão Android e IOS ou por link disponível na página do tribunal na internet.

■ **REFORÇO NA SAÚDE** - O município de Resende, sul do Estado, recebeu três novas ambulâncias para reforçar o atendimento de urgência e emergência. Detalhe: a ambulância que atenderá a área de Visconde de Mauá é uma 4x4. O veículo com UTI irá para a Cidade Alegria e o terceiro será destinada ao Hospital de Emergência.

■ **TRABALHO RECONHECIDO** - O prefeito Tande Vieira, do PP, agradeceu o empenho da equipe que atua na Saúde de Resende: “Quero agradecer ao Governo Federal, nosso secretário de Saúde, Dr. Ricardo Graciosa, ao Dr. Hugo Ribas Neto, Dr. Nicolau Moisés Neto e toda a equipe que faz a diferença todos os dias”, disse.

■ **TURISMO E INFRAESTRUTURA** - O secretário de Estado de Turismo, Gustavo Tutuca, levou o prefeito de Rio Claro, Babton Biondi, ao gabinete do secretário de Estado de Cidades, Douglas Ruas. No encontro, foram discutidas a viabilidade de obras de infraestrutura para o município da Costa Verde. Tutuca frisou que a área do turismo foi debatida também. E mais: agradeceu o governador Cláudio Castro e disse que “em breve terá boas notícias para a população”.

Fotos Renato Wrobel



Evento contou com a presença do governador Cláudio Castro



A primeira-dama, Analine Castro, durante a sua fala na solenidade de entrega do Selo



A secretária da Mulher do RJ, Heloisa Aguiar



A secretária de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Fernanda Curdi



Andréia Repsold, presidente do Lide RJ, com o vice-presidente do Correio da Manhã, Marcelo Alves



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Selo Empresa Amiga da Mulher

O governador Cláudio Castro entregou, na segunda-feira (31), para 64 empresas que atuam no Rio, o Selo Empresa Amiga da Mulher, pelos projetos voltados à promoção e defesa dos direitos das mulheres. O total de selos, concedido pelas secretarias da Mulher e de Desenvolvimento Econômico, nesta edição, foi o dobro da anterior. O evento, que contou com o apoio do Lide RJ, aconteceu no Hotel Fairmont Rio de Janeiro.

“O estado do Rio de Janeiro tem se destacado como referência nacional na promoção da equidade de gênero no ambiente corporativo. É uma certificação fundamental na construção de um ambiente de trabalho mais justo, inclusivo e igualitário para as mulheres do nosso estado. Seguiremos trabalhando lado a lado com a iniciativa privada para fomentar ainda mais políticas públicas voltadas às mulheres”, destacou o governador.

Nesta edição, 82 empresas se inscreveram para a concessão do Selo. O edital da certificação “Empresa Amiga da Mulher” estabelece 12 critérios para avaliação, considerando aspectos como a promoção da saúde, integridade física e emocional das trabalhadoras, além da garantia de um ambiente digno e seguro. A acessibilidade e condições adequadas para mulheres com deficiência também foram pontos avaliados.

Durante o processo, as empresas também precisaram comprovar que divulgam, interna e externamente, ações afirmativas e informativas sobre temas voltados aos direitos da mulher, principalmente sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), e demais dispositivos legais que tratam do enfrentamento à violência contra a mulher.

As organizações também assinaram uma carta compromisso detalhando seus planos de ação para fortalecer a inclusão, a qualificação profissional e o desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho. Parcerias com órgãos públicos, entidades do terceiro setor e empresas privadas também foram consideradas na avaliação.



Da esq. para a dir: Patrícia Costa, diretora do Fairmont Rio; Tuffy Habib, vice-presidente de Negócios da Super Rádio Tupi; Fernanda Amaral, diretora da Naturgy; a secretária Fernanda Curdi; o governador Cláudio Castro; a primeira-dama, Analine; a secretária Heloisa Aguiar; a presidente do LIDE RJ, Andréia Repsold; e o gerente geral do Hotel Fairmont Rio de Janeiro, Netto Moreira



Representando o Instituto da Criança do Rio, Pedro Werneck, o presidente da instituição



A diretora da Firjan, Carla Pinheiro, com as secretárias Fernanda Curdi (e) e Heloisa Aguiar (d)



A coordenadora geral do PAC, Ruth Jurberg (e) e Flavia Junqueira (d), assessora da Secretaria da Mulher



Andréia Repsold ladeada pelo gerente geral do Fairmont Rio, Netto Moreira (d) e pelo empresário Marinho Filipo (e)



A diretora do Fairmont, Patricia Costa, ladeada por Marcela Soares (e) e Marcia Verissimo (d)



Luciana Pires e Fernanda Amaral durante a entrega do Selo no Fairmont Rio



Na seq.: Miriam Carvalho, CEO Carvalhão; Gabriele Marins, CEO BR Marinas; Andréia Repsold; e Karime Pavan, gerente de RH da BR Marinas



A primeira dama, Analine (e) com os secretários Heloisa Aguiar, Fernanda Curdi e Adilson Faria; com o presidente do Detran RJ, Vinicius Farah (centro); e Isabele Benito, apresentadora SBT Rio (d)

Fernando Molica

Quem provocou o caos não pode se anistiar

A eventual anistia para os que planejaram e executaram a tentativa de golpe de Estado seria uma declaração definitiva da inviabilidade do país.

A discussão sobre a medida não se trata de um sempre bem-vindo confronto de teses sobre as melhores formas de se buscar avanços sociais e econômicos.

O que se busca com a impunidade é carimbar no Brasil a marca da brutalidade, da irracionalidade, do escárnio à democracia, da louvação ao horror das ditaduras.

As penas mais duras aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal podem ser discutidas, mas é impossível negar o óbvio: aquelas milhares de pessoas que interditaram estradas, foram às portas de quartéis implorar por golpe e protagonizaram cenas de vandalismo explícito são culpadas.

É sempre difícil definir o limite de tolerância de uma democracia. Até que ponto uma exposição de ideias terríveis pode ser admitida? A linha que separa a liberdade da barbárie é, de um modo geral, traçada pela história e pela cultura das diferentes sociedades.

Nos Estados Unidos, por exemplo, nazistas e racistas São livres para expor o que pensam, por mais execráveis que sejam suas palavras. Seria inviável, porém, um partido de simpatizantes de Adolf Hitler na Alemanha ou em Israel.

A história brasileira também tem seus pontos extremamente sensíveis, como a escravidão e as ditaduras. Temas que deveriam funcionar como marcos, balizas para qualquer debate: não se deveria tolerar qualquer tipo de elogio ou de relativização da escravidão — o racismo entra

neste contexto — e das ditaduras. Um não, como diria Leonel Brizola, rotundo; um não como aquele que mães costumavam dizer aos filhos: um não que seja não.

O debate sobre, por exemplo, 1964, pode e deve incluir análises sobre o comportamento errático do presidente João Goulart, tratar de maneira crítica a opção de parte da esquerda pela tentativa de luta armada, citar realizações dos governos militares, como Itaipu e as usinas nucleares. Mas precisa deixar evidentes temas como a deposição do presidente constitucional, a perseguição, as prisões ilegais, as torturas, os assassinatos, os desaparecimentos. Não se pode deixar de falar que a ditadura foi uma ditadura.

A anistia concedida em 1979 era necessária para marcar o início de uma virada histórica, havia no ato um reconheci-

mento implícito de que aqueles homens e mulheres beneficiados só cometeram os atos pelos quais foram condenados porque havia uma ditadura no país. Uma situação bem diferente da ocorrida em países como Alemanha e Itália que, nos anos 1970, sofreram ataques de grupos radicais de esquerda que não reconheciam a existência da democracia que havia por lá.

Os atos que culminaram no 8 de Janeiro foram tramados e executados em democracia, a eleição de 2022 ocorreu no governo de Jair Bolsonaro. Foi assim também com o bloqueio de estradas, as pregações golpistas diante de quartéis, o quebra-quebra no dia da diplomação do novo presidente eleito, a tentativa terrorista de explosão de um caminhão carregado de combustível no aeroporto de Brasília.

Todos esses fatos aconteceram no mandato daquele que, hoje, diz ser vítima de uma ditadura; no caso, de uma ditadura que, assim, teria sido iniciada e cultivada em sua própria administração. Na prática, bolsonaristas querem a impunidade para atos gerados quando mandavam no país: o projeto em discussão na Câmara prevê anistia para atos ocorridos a partir de 30 de outubro de 2022, dia do segundo turno da eleição.

Diferentemente do que ocorreu em 1979, uma anistia, hoje, não seria motivo de pacificação, mas uma reiteração da guerra iniciada por aqueles que procuraram implantar uma nova ditadura. Se tivessem vencido, não iriam querer saber de conceder anistia, mas de fuzilar a petralhada, de varrer do mapa aqueles que chamam de bandidos vermelhos.